

Portuguese Azulejos, World Heritage

Maria Antónia Pinto de Matos

Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, Portugal, mapmatos@mnazulejo.dgpc.pt

João Manuel Mimoso

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Portugal, jmimoso@lnec.pt

Alexandre Nobre Pais

Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, Portugal, apais@mnazulejo.dgpc.pt

Maria de Lurdes Esteves

Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, Portugal, mesteves@mnazulejo.dgpc.pt

Marluci Menezes

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Portugal, marluci@lnec.pt

SUMMARY: Few forms of artistic expression capture the nature and the way of life of the Portuguese as the azulejo does. Manufactured and used in other countries, sometimes with superior technical quality, some aspects, however, impart to the way it was and still is used in Portugal an unparalleled originality since the first batches, imported from Andalusia in the late fifteenth century, to the present day when it is used to line the public spaces of modern towns. This continued use is, in itself, a distinguishing aspect when compared to other European cases; however it is its capacity of renewal according to the needs of a given epoch that mostly marks the difference. The changes in taste, fashions, aesthetic expressions, or new requirements have found in the azulejo a flexible support, adaptable to new duties, adjustable to evolving social needs, but also shaping up to its different clientele. With designs of lesser or greater erudition, both religious and profane, narrating mythological or historic facts with equal propensity, portraying everyday life or simply adjusting to the expressions of other arts, such as textiles, wood carving or metalwork, the Portuguese azulejo always “found” ways to adjust to new times and new ways and this aspect, allied to its natural duration as a finishing was a winning trump card.

For all these reasons, the Portuguese General Directorate for Cultural Heritage intends to proceed with the candidacy to UNESCO in 2018 for the classification of architecturally integrated Portuguese azulejos as World Heritage. The preparations for this application began in 2009 with the partnership that the Museu Nacional do Azulejo (MNAz) established with the Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Following that partnership, teams were formed involving researchers from both organizations, and research projects have been carried out: on specific aspects related to the manufacture of azulejos; to determine causes and mechanisms so far unknown of their decay; and to verify analytically assumptions related to their history. The corpus of results will allow a better understanding of the azulejo and, hopefully, a much more effective approach to the conservation of architecturally integrated panels, ensuring that this most Portuguese of material cultural heritages will endure to be transmitted to future generations.

KEY-WORDS: Portuguese azulejos, cultural identity, World Heritage.



Azulejo Português: Património Mundial

1. SOBRE O AZULEJO PORTUGUÊS

1.1. A longevidade renovada

Poucas formas de manifestação artística captam de forma tão pura o ser e o estar portugueses, como o azulejo. Ainda que empregue noutros países, alguns aspectos dão ao uso que dele foi feito em Portugal a verdadeira dimensão da sua originalidade, dotando-o de uma expressão sem paralelo em qualquer outro país. A este facto não será alheia a cronologia ininterrupta, desde que os primeiros exemplares começaram a ser importados da Andaluzia, no final do século XV, até à actualidade, quando é utilizado nos espaços mais modernos das grandes cidades. Se essa persistência do uso já seria, por si só, um factor diferenciador face a outros países, é a capacidade de renovação que marca de forma indelével a sua diferença. As mutações do gosto, as modas, as novas expressões estéticas, todos esses momentos encontraram no azulejo um suporte acessível, adaptável a novas exigências, ajustando-se às transformações sociais, mas também moldando-se às suas diferenciadas clientelas. Com temas de maior erudição, tanto religiosos como profanos, registos narrativos de vidas reais, retratos ou simples adaptações às expressões de outras artes, como a ornamentação arquitectónica, o trabalho em metal ou os têxteis, o azulejo português nunca recusou a mudança e esse aspecto, aliado à sua longevidade, é o seu grande trunfo.

1.2. A cenografia e o revestimento total

Desde cedo usado para criar cenografias, mesmo empregando peças de origem sevillhana e técnicas islâmicas, como o eram os chamados azulejos “hispano-mouriscos”, os revestimentos nacionais onde eram aplicados demonstravam um entendimento diverso do que ocorria no espaço da sua origem oficial. Em diversos edifícios portugueses, os quinhentistas azulejos hispano-mouriscos perdem o carácter de tapeçaria cerâmica, que é o sentido do seu uso original, e constroem cenográficas portas e arcos, rosáceas e muros, teatralizando a arquitectura, alargando-a na construção de um universo vagamente onírico de luz e cor.

Esta dramatização do edificado nunca será abandonada, antes ganhará contornos cada vez mais complexos, com a elaboração de revestimentos totais que cobrem todo o espaço dos panos murários, dos pavimentos aos tectos, numa sinfonia de cor e motivos que reflecte a complexidade e imaginação da sociedade portuguesa do século XVII. Este é o período que vê a criação de padrões cada vez mais ricos e complexos, sem paralelo com o que foi produzido mesmo até aos nossos dias noutros países, numa demonstração de inventividade que nos leva ainda agora a descobrir as múltiplas expressões desta época fascinante. Nos



revestimentos integrais deste período, tem-se a sensação de que o espaço se desmaterializa e a arquitetura ganha a expressão de uma estrutura têxtil que leva o observador a iludir-se acreditando encontrar-se numa vasta tenda, memória atávica da nossa ancestralidade mourisca.

Num novo entendimento pelo revestimento total das superfícies, o século XVIII transformou o azulejo, esquecendo padrões e empregando-o como suporte descritivo de narrativas bíblicas e hagiográficas, de costumes e mitologias, reduzindo a paleta ao azul, que sobre a superfície branca alcança a dimensão requintada de uma evocação de porcelana. O espaço transforma-se agora numa vasta edificação vitrificada, criando no observador a ilusão de estar numa sumptuosa casa de preciosa louça. A teatralização alcança o seu apogeu. Tudo se simula, num realismo de *trompe l'oeil* que faz dos revestimentos azulejares setecentistas um verdadeiro jogo de espelhos e ilusões, onde a arquitetura pode ser simulada e onde podemos mesmo encontrar personagens cristalizadas que, apesar disso, ainda parecem interagir com quem por elas passa. Essa dimensão de monumentalidade teatralizada, em que o elemento ilusório ainda está presente, só volta a ser recuperada na segunda metade do século XX, com o conceito de *Arte Pública* através do qual o azulejo ganha o estatuto de obra de autor, interpretação pessoal do artista ao espaço urbano onde os painéis se encontram inseridos, modificando a vivência da cidade.

Mas entre os séculos XVIII e XX o azulejo ainda assumiu diversas outras formas, ao gosto das épocas ou como solução utilitária enobrecida pelo conteúdo artístico. No período pombalino regressou o azulejo de padrão, utilizado nos interiores das novas e austeras construções urbanas. Em tempo, na primeira metade do século XIX, foi-lhe reconhecida uma funcionalidade ímpar e transbordou para o exterior, recobrando integralmente as fachadas dos prédios de rendimento urbanos. Ao mesmo tempo foi adoptado pelos antigos emigrantes “brasileiros”, agora *torna-viagem*, como arauto anunciador da origem da sua fortuna: um país tropical onde as cores fortes e a luz brilhante estavam sempre presentes.

Ao conquistar espaço nas ruas, nas praças, nos edifícios públicos e nas gares e estações dos novos meios de transporte, quer como revestimento padronizado de fachadas, quer como arte pública, o azulejo deu às cidades brilho e cor, criando no discurso urbano uma riqueza sensorial que, sendo presente não se impõe, mas se e quando desaparece torna o quotidiano mais baço.

1.3. A persistência das técnicas

Em nenhum outro território e expressão artística é tão patente a persistência de técnicas como no azulejo português. Ao contrário do que ocorre noutros espaços geográficos de produção, o surgimento de novas técnicas de fabrico levou ao abandono das até então empregues. No caso português isso não aconteceu. As técnicas que poderiam ser classificadas de arcaizantes são periodicamente recuperadas, com outro entendimento e em contextos de gosto diversos. É o que se passa com a chamada técnica do alicatado, de matriz islâmica, utilizada inicialmente na produção de pavimentos e abandonada na Península no



primeiro quartel do século XVI. Quase no final da mesma centúria, a complexa e morosa técnica, que consiste no corte de peças de azulejo cozido e vidrado, volta a ser utilizada na estruturação de uma das expressões mais curiosas da azulejaria do período, os grandes revestimentos de enxaquetado. Estas intrincadas composições, evocativas de padrões de xadrez, são um testemunho da mestria dos azulejadores que aplicavam em vastas superfícies parietais elementos cortados no momento, ajustando-os a todos os caprichos da arquitetura.

Novamente abandonada no 2º quartel do século XVII, a técnica ressurgue com novo entendimento a partir dos anos 20 da centúria de Setecentos, no recorte das complexas molduras e elementos que compõem a densa azulejaria do período. A mestria do recorte é levada ao extremo no destaque das decorações florais e de personagens que se colocavam à entrada de espaços, as chamadas “Figuras de convite”, uma originalidade da azulejaria nacional, sem paralelo com criações azulejares coevas de outros países.

Mais uma vez abandonada, ressurgue agora no terceiro quartel do século XIX com a adoção das molduras estreitas que contornam os por vezes sinuosos vãos das janelas nos azulejamentos das fachadas urbanas.

Dentro da mesma perspectiva de emprego de técnicas arcaizantes em contextos e tempos diversos, pode ser incluído o “esgrafitado”. Empregue esporadicamente no início do século XVI, a técnica, que consiste na remoção de superfície vidrada, tanto antes como após a cozedura, dependendo do efeito que se pretendia alcançar, ressurgue no século XVIII. Já não consiste, agora, na remoção total da superfície, mas sim parcial, retirando-se parte dos elementos já pintados, antes da sua cozedura, de forma a dar relevo à pintura e a intensificar, por contraste, o brilho das áreas inalteradas. Esta técnica irá ter o seu apogeu no chamado Período Neoclássico, em que os elementos pictóricos, essencialmente os florais e vegetalistas, ganham luminosidade pela sábia aplicação do processo.

1.4. O trabalho oficial

A complexidade e elaboração técnica dos revestimentos azulejares portugueses faz-nos esquecer que os seus produtores não tinham, durante muito tempo, formação de pintura de cavalete, sendo aquilo que poderíamos hoje designar como artífices. Se essa falta de formação não é patente nos resultados estéticos alcançados, ela está, não obstante, presente numa reconhecida falta de rigor na qualidade da produção. Esta predomina no século XVII, mas ainda ocorre nos períodos seguintes, se bem que em menor grau. Ela é visível na descuidada homogeneização dos constituintes das pastas cerâmicas, nos defeitos de fabrico das peças, algumas demasiado cozidas, quase sem cor, com vestígios de cinzas e detritos do forno, com as impressões de azulejos que se colocam uns sobre os outros antes da cozedura e que transferem os respectivos motivos, na manipulação das peças com as mãos sujas de cores e a conseqüente marca das impressões digitais que nelas permanecem indeléveis após a cozedura. Estes aspectos são a contrapartida de um certo atalho ao pormenor técnico que nos continua a caracterizar e ainda que possam parecer confrangedores tornaram-se, com o tempo, uma mais-valia. O que se criava era, assim, irrepetível de uma maneira que pode ser



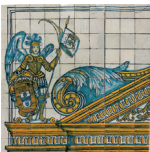
utilizada para apoiar a identificação de uma oficina num determinado período, e testemunha uma faceta de humanidade que ainda nos toca. E é curioso notar que esse aspecto tinha contrapartida nos encomendadores, que aceitavam como bom (talvez com algum sentido de inevitabilidade) o produto que lhes era entregue. Nestes painéis o acidente torna-se, hoje, uma via de contacto com aqueles que executaram estas peças e que nunca pensaram que a sua obra poderia, um dia, vir a ser objecto de estudos eruditos ou integrar espaços de cultura e saber em que eram reconhecidos e valorizados detalhes dessa natureza.

1.5. O carácter universal

Nenhum outro país produtor de azulejos utilizou e disseminou esta forma de expressão de modo tão global como os portugueses. Nas imagens que povoam os motivos de padronagem do século XVII, ou na representação de outros materiais nas superfícies cerâmicas, encontramos a universalidade do mundo que então se descobria, o exotismo da Índia, da China e do Japão, mas também da África e do Brasil. O azulejo português constitui uma extraordinária expressão de um mundo que se abre, de povos que se encontram, mas também da interpretação de símbolos e elementos que ganham, nas superfícies cerâmicas, novos contornos e significados, numa linguagem sincrética que nenhum outro povo, como os portugueses, soube elaborar.

Essa universalidade, no entanto, não se situa simplesmente ao nível pictórico, mas também na adaptação do azulejo aos novos espaços. Igrejas portuguesas na Índia revestidas com pagãos azulejos mogóis, ou aplicações de peças nacionais em espaços indianos de acordo com a métrica e o gosto locais, mesmo que para isso se afastem da sua lógica de aplicação primitiva.

A passagem do gosto pelo azulejo para outros territórios, fora da Europa, não se limitou ao bilhete de ida. Foi através do Brasil que o gosto pelo revestimento azulejar trouxe uma importante renovação a esta arte que, nos meados do século XX, se pensava encontrar esgotada em Portugal. Isto ocorreu no virar da década de 1930 por influência da renovação levada a cabo na arquitectura brasileira por Lúcio Costa e Óscar Niemeyer que empregaram a tradição do azulejo luso com um novo entendimento de expressão pública. Este sentido trouxe a Portugal o uso de grandes painéis de azulejo em espaços públicos, criando uma geração de artistas que o trabalharam adaptando às linguagens e exigências do seu tempo, mas também reflectindo acerca das memórias pictóricas e técnicas do passado. Hoje o azulejo ajusta-se, de novo, ao discurso do presente, aos *grafitti* e à expressão gráfica dos computadores, demonstrando que a pluralidade que o caracteriza em Portugal ainda não encontrou fronteiras.



2. CANDIDATURA DO AZULEJO À CLASSIFICAÇÃO PELA UNESCO

Segundo a Convenção para a Protecção do Património Mundial saída da Convenção de Paris da UNESCO realizada em 1972 [1]:

“ Artigo 1º

Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:

- Os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

A inscrição de um bem pela UNESCO como Património Mundial constitui um reconhecimento independente e transnacional da sua relevância cultural. Além de motivo de orgulho nacional é também importante incentivo de turismo cultural. Ao contrário de todos os outros bens inscritos por Portugal, que se encontram essencialmente circunscritos a uma região geográfica restrita, o azulejo encontra-se disseminado pelo País e a sua valorização irá permitir, assim, valorizar regiões do interior e do norte ainda pouco visitadas. Foi assim que o Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional, Dr. Jorge Barreto Xavier, anunciou em Maio de 2015 a candidatura do azulejo integrado à Lista da UNESCO.

O projecto de classificação propõe devolver o património azulejar ao orgulho das populações locais e à admiração dos visitantes, em particular através do estabelecimento de rotas temáticas de turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento local numa base sustentável [2]. Mas a exploração económica do património não pode ser o objectivo estratégico principal, até porque se apoia na existência e perenidade do azulejo integrado que nem sempre está assegurada. Ao desafio da preparação de uma candidatura viável está associada a oportunidade de consciencialização da Comunidade para o valor intrínseco do património azulejar, incentivando a conservação dos bens e a sua acessibilidade a visitantes. Será, portanto, uma oportunidade para reabrir espaços há muito encerrados, recuperar conjuntos patrimoniais relevantes em estado degradado e mantê-los com recurso a técnicas de conservação preventiva. Esta poderá repercutir-se a outro património que seja integrado em rotas culturais, porventura aproveitando oportunidades de financiamento através dos programas operacionais ao abrigo do Portugal 2020.



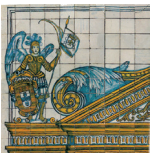
A valorização e conservação deste património único deverá basear-se na fundamentação científica e técnica das intervenções e na implementação de medidas de conservação preventiva tendentes a limitar o progresso da degradação e assegurar a sobrevivência dos revestimentos integrados. Espera-se que alguns destes processos possam constituir casos exemplares para demonstração futura dos resultados de boas práticas em abordagens integradas. Conseguir-se-á, assim, recuperar e nalguns casos salvar monumentos insubstituíveis cujos revestimentos azulejares são uma das glórias de Portugal.

Por outro lado, espera-se que o processo de classificação permita desenvolver melhores mecanismos de salvaguarda dos azulejos no que respeita ao vandalismo, destruição e roubo, fenómenos que depreciam o património.

A disseminação do azulejo num vasto espaço geográfico constitui um aspecto essencial desta candidatura, mas também o seu maior risco já que não tem precedente exacto nas classificações atribuídas até à data. Mas existem afinidades com outros casos que nos permitem alguma segurança quanto à capacidade de o apresentar como bem classificável. Pretende-se que a UNESCO reconheça o azulejo em integração arquitectónica em Portugal, na sua variada continuidade ao longo da História, iniciando-se com exemplos do séc. XVI e prolongando-se durante mais de quatro séculos. Segundo a versão de 2013 do Guia da UNESCO para aplicação da Convenção sobre o Património Mundial [3]:

“O Comité considera que um bem tem um Valor Universal Excepcional (...) se esse bem responder pelo menos a um dos critérios que se seguem. Como tal, os bens propostos devem:

- (i) representar uma obra-prima do génio criador humano;
- (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interacção humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- (vi) estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros).”



Basta provar que o património para o qual se propõe o reconhecimento satisfaz pelo menos um destes requisitos. Cremos que o reconhecimento do uso integrado do azulejo em Portugal pode ser defendido com base em cinco destes seis critérios.

Este é um momento decisivo. Uma oportunidade de nos orgulharmos da nossa criatividade e engenho, aspectos que dificilmente encontram melhor expressão do que reflectidos na longa história de 500 anos que o azulejo tem em Portugal.

3. ASPECTOS INTANGÍVEIS

Sob o ponto de vista intangível o já referido “espírito de continuidade renovada” [4] no uso do azulejo integrado na arquitectura tem sido comumente discutido em Portugal no quadro de um conjunto de re-significações – artísticas, estéticas, decorativas, higiénicas, funcionais, técnicas (etc.). Esta contínua renovação no uso do azulejo definiria, à partida, uma específica e singular cultura material cuja expressividade pode ser abarcada pela noção de património cultural. Todavia, a par da variedade e riqueza com que a cultura azulejar se manifesta ao longo da história, se estende pelo território nacional, se prolonga além-mar donde retorna com nova expressão, esta mesma cultura contribuiu para a formação de um “gosto” singular pelo uso do azulejo. O que, por outro lado, remete para uma íntima relação entre a matéria do azulejo e os aspectos menos tangíveis da sua manifestação, fazendo-nos recordar que “se há algo que define o património enquanto herança cultural e que é comum a todas as suas acepções contemporâneas, esse algo é a imaterialidade” [5].

Em síntese, a imaterialidade relacionada com o azulejo respeita aos valores, crenças e significados sociais associados ao uso da matéria azulejar e, sobretudo, ao “gosto” pelo seu uso. O que o “gosto” português pelo azulejo nos revela sobre uma dada cultura material que é secular? O que este mesmo “gosto” nos conta sobre um certo sentido de fazer, contextualizar, representar, significar e valorar o mundo social? Estes aspectos imateriais da materialidade do azulejo serão também incontornáveis e relevados na preparação da candidatura à UNESCO

4. ORIGEM DA INICIATIVA

Os trabalhos de preparação para esta candidatura começaram em 2009, com a parceria que o Museu Nacional do Azulejo (MNAz) estabeleceu com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Fruto dessa parceria, foram constituídas equipas envolvendo investigadores de ambos os organismos tendo-se realizados estudos que permitiram esclarecer, quer aspectos ligados à especificidade da manufactura dos azulejos portugueses face a outros de origens diversas, quer causas e mecanismos da degradação dos azulejos até agora desconhecidos, quer ainda fundamentar analiticamente estudos históricos. Esses estudos por equipas conjuntas foram financiados pelo próprio LNEC, ao abrigo dos seus programas de investigação, pela FCT, e pela Direcção Geral do Património Cultural, através do seu pessoal envolvido. Os resultados, alguns dos quais serão apresentados ao



GlazeArch2015, permitirão nomeadamente uma abordagem mais fundamentada à conservação dos painéis integrados contribuindo, espera-se, para a sua continuidade.

O primeiro memorando escrito sobre a classificação propriamente dita, data de Junho de 2011, no entanto reconheceu-se não haver ainda, àquela data, suficientes conhecimentos quanto, entre outros aspectos, à degradação dos azulejos que permitissem fundamentar com acrescida segurança as práticas de conservação.

Para prosseguir os estudos e aumentar os conhecimentos foram recentemente submetidos dois projectos à FCT, com pedido de financiamento, precisamente para desenvolver conhecimentos úteis no enquadramento da classificação: um incluindo estudos sobre a origem do azulejo de faiança em Portugal e prevendo a construção de uma base de amostras físicas e de dados analíticos sobre a composição dos azulejos; e um segundo versando aspectos imateriais do gosto português pelo azulejo referidos no capítulo anterior. Um terceiro projecto candidatado pelo mesmo grupo tem como objectivo tentar localizar entulheiras antigas (por exemplo de obras e demolições) e tentar recuperar delas azulejos de potencial relevância histórica.

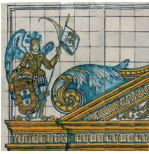
5. NOTA FINAL

Diversos autores (não só nacionais) têm relevado o interesse e a originalidade dos revestimentos azulejares portugueses [6] e não há dúvida de que se trata de uma das mais originais (senão mesmo *a mais original*) contribuições do País para o legado artístico da Europa. Na verdade é a única de certo relevo que não tem paralelo noutros países europeus, tendo apenas semelhanças na finalidade com os frescos da Renascença italiana e com os mosaicos murais bizantinos. Apenas no Mundo Islâmico há também a tradição dos revestimentos azulejares, por vezes integrais, em particular dos lugares de culto. Mas, por razões religiosas, trata-se invariavelmente de revestimentos lisos ou com decorações geométricas ou vegetalistas.

O pedido de classificação pela UNESCO visa uma finalidade nacional, sem fronteiras artificiais, através do reconhecimento e apreciação independentes de um património único que nos foi legado pelas gerações passadas, para que assim se facilite a conservação para as gerações vindouras.

Notas e referências bibliográficas

- 1- *Convenção para a protecção do Património Mundial, cultural e natural* adoptada pela UNESCO a 16 de Novembro de 1972 (<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> - consultado a 19 de Abril de 2015)
- 2- Sobre as referências a este ponto ver:
 - MIMOSO, J.M. & Pais - A. *Oferecer ao olhar- sobre a singularidade e o interesse para o turismo cultural do património azulejar português* in *Actas de Cidades e Desenvolvimento- 2ªs Jornadas de Investigação e Inovação* pp. 49-50, LNEC, Lisboa 18-20 Junho 2012;



GlazeArch2015

International Conference

Glazed Ceramics in Architectural Heritage

- NYPAN, T, *Cultural heritage monuments and historic buildings as value generators in a post-industrial economy, with emphasis on exploring the role of the sector as economic driver*, Ed. Riksantikvaren, Oslo, 2005;
- CARVALHO, J. & Lamas, A. - *The Monastery of Jeronimos: an integrated approach between building and territory* in Proc. Int. Seminar *Theory and Practice in Conservation*, pp. 251-260. LNEC, Lisboa, 2006;
- SANTOS SIMÕES, op.cit. pp. 61-62 & pp. 94
- 3- *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, UNESCO, versão de Julho de 2013, pp. 16-17 (<http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf> - consultado a 19 de Abril de 2015);
- 4- SANTOS, R - *O Azulejo em Portugal*. Editorial Sul Limitada, Lisboa, 1957;
- 5- JORGE, J - “A Matéria do Património” in *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Colibri, Lisboa, 2002
- 6- Alguns destes testemunhos podem ser consultados no Vol.III do corpus de Santos Simões “Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, reimp 1990 (pp.22 e seguintes).